**MODELO**

**CONTRATAÇÃO DIRETA**

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM MÃO DE OBRA - LEI FEFERAL Nº 14.133/2021**

**MINUTA**

**TERMO Nº 003/\_\_\_\_\_\_\_\_\_/2024**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE \_\_\_\_\_\_, QUE FIRMAM ENTRE SI O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E \_\_\_\_\_\_**

**Processo Administrativo SEI nº \_\_\_\_\_\_\_**

**Nota explicativa: Art.92, inciso III (cláusula obrigatória: legislação aplicável à execução do contrato)**

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, inscrito no CNPJ-MF nº 28.538.734/0001-48, com endereço na Av. Erasmo Braga nº 115, Centro, Rio de Janeiro - RJ, doravante denominado **TRIBUNAL**, neste ato presentado por seu Presidente, Desembargador \_\_\_\_\_\_\_;

E **<EMPRESA>**, inscrita no CNPJ-MF sob o nº \_\_\_\_, com endereço na \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA,** representada neste ato por \_\_\_\_\_\_\_\_\_, conforme consta no \_\_\_\_\_\_\_**(indicar o ato que o qualifica como representante legal)** anexado(s) ao documento eletrônico nº \_\_\_\_\_\_\_ do Processo Administrativo SEI nº \_\_\_\_\_;

Firmam o presente termo de contrato, cuja celebração foi autorizada no mencionado Processo, com fundamento no artigo \_\_\_\_\_\_\_da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a hipótese de \_\_\_\_\_\_ de licitação, cuja celebração foi autorizada no documento eletrônico nº \_\_\_\_ do mencionado processo. Os contraentes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, e os Atos Normativos TJERJ nº 08/2019, nº 14/2023, **(utilizar em casos de contrato de TI)** nº 26/2022 e nº 23/2023, Resolução OE nº 09/2024, **(utilizar a Resolução nº 114/2010 apenas em casos de serviço de engenharia)** e a Resolução nº 114/2010 do CNJ, e suas alterações posteriores que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações, além das normas legais e regulatórias voltadas para a sustentabilidade, compatíveis com o objeto deste contrato.

**Nota explicativa: Art. 92, incisos I e II (cláusulas obrigatórias: objeto e seus elementos característicos, vinculação ao PB e à proposta do licitante vencedor)**

**1.** **CLÁUSULA PRIMEIRA** **(DO OBJETO)** - A Contratada se obriga a prestar serviços de \_\_\_\_\_, descritos no item \_\_\_\_\_ do Termo de Referência (index nº \_\_\_\_\_), que, com a proposta apresentada (index nº \_\_\_\_) e eventuais anexos dos documentos supracitados, integram este termo, independentemente de transcrição, para todos os modos, fins e efeitos legais.

**Em casos de serviços de engenharia/manutenção:**

x.x. O objeto será executado nas localidades elencadas no item \_\_\_\_ do Termo de Referência.

**1.1**. A Contratada compromete-se a executar o serviço, em conformidade com os critérios de gestão ambiental, assim como, com os aspectos de saúde e segurança ocupacional estabelecidos em legislação, normas e regulamentos específicos, visando à melhoria e ao desempenho dos processos de trabalho quanto aos aspectos ambientais, sociais, econômicos, trabalhistas e previdenciários.

**1.3 -** A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que o Tribunal de Justiça entender necessários no objeto do contrato, limitados em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, de acordo com o disposto nos artigos 124, inciso I e 125, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.4** **-** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.

**Utilizar as redações apenas em casos de serviços com mão de obra:**

1.5. Em observância a legislação que trata da reserva de vagas em contratos da Administração Pública, respeitado o perfil profissiográfico da vaga ofertada, ficam reservadas:

a) vagas para beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, desde que não seja incompatível com o exercício das funções objeto do contrato, em observância ao imposto pelas Leis Estaduais nº 4.340/04 e nº 7.258/16, assim como pelo art. 93 da Lei federal nº 8.213/91, no que será respeitado o disposto no artigo 7º, inciso XXXI da CF/88, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados ............. 2%

II - de 201 a 500 ........................ 3%

III - de 501 a 1.000 .................... 4%

IV - de 1.001 em diante ............. 5%;

b) vagas para os egressos do sistema prisional, na forma da Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça, na seguinte proporção:

I – até 50 empregados............... 4%

II – de 51 a 80 ........................... 5%

III – de 80 em diante ................. 6%

b.1) os profissionais a serem contratados serão avaliados pela SGSEI e SGSUS para verificação da compatibilidade para exercício das funções do presente contrato.

c) vagas para mão de obra feminina em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nas situações previstas no artigo 2º da Resolução CNJ nº 497/2023, no percentual mínimo de 5% (cinco por cento), em contratos com quantitativo mínimo de 25 (vinte e cinco) colaboradores

**Nota Explicativa: Art. 92, incisos V (cláusula obrigatória – preço)**

**2. CLÁUSULA SEGUNDA (DO VALOR)** - O valor do contrato é de R$ \_\_\_ (\_\_\_\_) conforme o lance final de preço proposto pela Contratada, e planilha analítica de custos, correspondendo ao objeto definido na cláusula primeira e para a totalidade do período mencionado na cláusula quarta.

**Nota explicativa: utilizar o subitem abaixo caso se trate de contrato com valor estimativo, em que a própria demanda é variável.**

**2.1.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devido à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

**Nota explicativa: art. 92, inciso VIII (cláusula obrigatória - crédito pelo qual correrá a despesa)**

**3.** **CLÁUSULA TERCEIRA** **(DA DESPESA)** - A despesa do contrato correrá à conta do Código de Despesa \_\_\_\_, Programa de Trabalho \_\_\_\_\_\_, do Orçamento do Tribunal, conforme nota de empenho anexada ao mencionado Processo, ficando o saldo pertinente aos demais exercícios a ser empenhado, oportunamente, à conta dos respectivos orçamentos, após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes.

**Nota explicativa: artigo 92, incisos VII (cláusula obrigatória - os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso)**

**Serviços não contínuos ou por escopo (art. 6º, XVII)**

**4. CLÁUSULA QUARTA (DO PRAZO) -** O prazo do contrato é de \_\_\_\_\_\_ , contados da \_\_\_\_\_\_, na forma do artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.1.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado no caput desta cláusula, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da Contratada, previstas no parágrafo único do artigo 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**\*Nota Explicativa:** De ordem do Secretário Geral em 29/08/2023 inserir a redação abaixo nas contratações emergenciais e diretas.

**4.2**. Fica consignada neste termo a extinção antecipada do ajuste, na hipótese de novo contrato decorrente de licitação ser assinado antes do tempo estabelecido para a vigência deste contrato.

**Serviços contínuos (art. 6º, XV)**

**4. CLÁUSULA QUARTA (DO PRAZO) -** O prazo do contrato é de \_\_\_\_\_\_, contados da \_\_\_\_\_\_, na forma do artigo 106 da Lei Federal nº 14.133/2021, prorrogável a teor do artigo 107 do mesmo diploma legal.

**Nota explicativa: Art. 106, II, §1º da lei 14.133/2021**

**4.1.** A prorrogação que trata o caput desta cláusula está condicionada ao ateste por parte do Tribunal, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com a Contratada, ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes, a ocorrer apenas na próxima data de aniversário do contrato e em prazo superior a 02 (dois) meses, contado da referida data.

**\*Nota Explicativa:** Inserir a redação abaixo nas contratações emergenciais e diretas.

**4.2**. Fica consignada neste termo a extinção antecipada do ajuste, na hipótese de novo contrato decorrente de licitação ser assinado antes do tempo estabelecido para a vigência deste contrato

**Nota explicativa: Art. 92, inciso IV (cláusula obrigatória – fornecimento do objeto)**

**4.3.** O objeto do contrato será recebido, conforme o caso, nos termos do artigo 140, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**4.3.1.** (Especificar aqui os prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento provisório/definitivo, de acordo com o PB, quando for o caso);

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XIII (cláusula obrigatória - prazo de garantia mínima do objeto, observados os prazos mínimos estabelecidos nesta Lei e nas normas técnicas aplicáveis, e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso)**

**4.4.** (Especificar aqui as condições de garantia técnica, quando for o caso, na forma definida no TR).

**Nota Explicativa: Art. 92, incisos IV (cláusula obrigatória - o regime de execução ou a forma de fornecimento do objeto). O TR deve trazer expressamente o regime de execução do contrato. Em casos de serviços de engenharia, o artigo 46 da NLL acrescenta os seguintes regimes: contratação por tarefa/contratação integrada/contratação semi-integrada/fornecimento e prestação de serviço associado.**

**5. CLÁUSULA QUINTA (DO REGIME DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL)** - O objeto deste contrato será executado em regime de empreitada por preço global/unitário/integral.

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XVIII (cláusula obrigatória – modelo de gestão contratual)**

**5.1**. (Especificar aqui a gestão contratual definida no TR ou mencionar o subitem correlato)

**Nota Explicativa: Art. 92, inciso XII (cláusula obrigatória) - Exigência da garantia é uma faculdade da Administração Pública conforme disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.1333/2021. Via de regra utilizamos o percentual de 5% sobre o valor total do contrato. Mas tal percentual deverá ser definido no T.R., a critério da unidade demandante. A garantia financeira deverá ter sua validade estendida por mais 90 dias, para serviços com mão de obra, por força da Instrução Normativa nº 05/2017 do Ministério do Planejamento.**

**6. CLÁUSULA SEXTA (DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL)** - Não haverá exigência de garantia contratual, conforme estabelecido no item \_\_\_ do Termo de Referência. OU A garantia será dispensada, na forma do artigo 47 do Ato Normativo TJ nº 23/2023.

**OU**

**6. CLÁUSULA SEXTA (DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL) - A Contratada prestará garantia equivalente a ......% (...... por cento) sobre o valor do contrato,** no importe de R$ \_\_\_\_\_\_\_, com validade durante sua execução e 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Tribunal, contados data de convocação para assinatura do contrato.

**6.1.** Caso o preço adjudicado seja inferior ao estabelecido no artigo 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, a Contratada será dispensada da apresentação da garantia, conforme disposto no artigo 47 do Ato Normativo TJ nº 23/2023.

**6.2**. A garantia de execução do contrato será prestada, à escolha da contratada, por meio de caução em dinheiro, título eficaz da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou títulos de capitalização, conforme disposto no artigo 96 da Lei Federal nº 14.133/2021, e suas alterações posteriores.

**6.3**. **No caso de seguro-garantia**, a apólice deverá ser expedida exclusivamente por entidades controladas e fiscalizadas pela Superintendência de Seguros Privados, devendo conter o número com que a mesma ou endosso tenha sido registrado na SUSEP.

**6.4.** **A apólice não deverá estar integrada por cláusula compromissória** nem por previsão de instauração de Juízo Arbitral.

**6.5**. **A apólice não poderá estabelecer franquias**, participações obrigatórias do segurado (TJERJ) e/ou prazo de carência.

**Nota explicativa: A redação do item 16.6.1 deverá ser utilizada apenas nos casos de obras e serviços de engenharia de grande vulto:**

6.5.1. Nas contratações que envolvam obras e serviços de engenharia de grande vulto, nos termos do artigo 99 c/c 102 da Lei Federal nº 14.133/2021, a seguradora fica obrigada, em caso de inadimplemento pela Contratada, a assumir a execução e concluir o objeto do contrato, figurando como interveniente anuente no termo principal e seus aditivos, ocasião em que poderá:

I- Ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;

II - Acompanhar a execução do contrato principal;

III - Ter acesso a auditoria técnica e contábil;

IV - Requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

V - Subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente;

VI - Caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, esta ficará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice; em caso de não execução e conclusão do objeto contratado, a seguradora pagará a integralidade da importância segurada;

**6.6.** **A fiança bancária deverá satisfazer às exigências e determinações do Banco Central do Brasil** e aos preceitos da legislação bancária aplicáveis, devendo a instituição garantidora estar autorizada pela referida entidade federal a expedir carta fiança.

**6.7**. **A carta fiança deverá ser registrada** no Registro de Títulos e Documentos, conforme previsto nos artigos 128, 129 e 130 da Lei 6.015/73.

**6.8.** **Os títulos da dívida pública devem ser emitidos sob a forma escritural,** mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

**6.9.** **O número do contrato garantido e/ou assegurado deverá constar** dos instrumentos de garantia ou seguro a serem apresentados pelo garantidor e/ou segurador.

**6.10.** **O documento relativo à apólice de seguro-garantia, à caução em dinheiro, ao título eficaz da dívida pública ou à carta de fiança bancária** deverá ser incluído no Processo Administrativo SEI, por meio do peticionamento eletrônico, no Sistema Eletrônico de Informações (SEI).

**6.11.** **A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:**

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

b) prejuízos diretos causados ao Tribunal, decorrentes de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;

c) multas moratórias e punitivas aplicadas pelo Tribunal à Contratada;

d) obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela Contratada, quando couber.

**6.12.** **Se a Contratada optar pela modalidade seguro-garantia**, das condições da respectiva apólice deverá constar expressamente a cobertura de todos os eventos descritos no item **6.11**, na modalidade "Seguro-garantia do Construtor, do Fornecedor e do Prestador de Serviço". Caso a apólice não seja emitida de forma a atender à cobertura prevista neste item, a Contratada poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente da apólice, atestando que o seguro garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos descritos no item **6.11**.

**6.13**. **A cobertura prevista no item 6.11 abrangerá todos os fatos ocorridos durante a vigência contratual,** ainda que o sinistro seja comunicado pelo Tribunal após a superação do termo final de vigência da garantia.

**6.14**. **A garantia em dinheiro poderá ser depositada por meio de Guia de Recolhimento de Receita Judiciária - GRERJ eletrônica**, disponível no site www.tjrj.jus.br, ou poderá ser depositada em qualquer Banco, à escolha da Contratada.

**6.15.** **No caso de depósito por meio de GRERJ eletrônica,** deverá ser apresentada cópia da respectiva GRERJ eletrônica ao SESOF/DIFCO/DELFA, que consultará o Portal eletrônico do Tribunal com o fim de comprovar o pagamento realizado.

**6.16.** No caso de utilização de títulos de capitalização como garantia contratual, este será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total após o prazo programado da aplicação.

**6.17**. **A garantia será liberada ou restituída após a aferição da execução integral do contrato,** bem como do pagamento das verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação e multas eventualmente aplicadas **(somente para serviços contínuos com mão de obra)**, mediante requerimento da Contratada e após o procedimento de autorização de sua liberação.

**6.18**. **Na hipótese de extinção do contrato**, caso não haja qualquer restrição, a garantia prestada somente será devolvida após requerimento formal da Contratada, sem responsabilidade do Tribunal por qualquer compensação pela mora da devolução, deduzindo-se eventuais créditos em favor do Tribunal.

**6.19.** **A garantia prestada em caução em dinheiro por meio de GRERJ**, a ser restituída ao final do contrato, será paga com seu valor corrigido monetariamente, conforme dispõe o artigo 100 da Lei Federal nº 14.133/2021, com base no índice de correção aplicado ao contrato, ou, na ausência deste, pela Taxa Referencial + 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês.

**6.20.** **Caso o pagamento das verbas rescisórias trabalhistas não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual,** a garantia poderá ser utilizada para o pagamento das mesmas, observada a legislação que rege a matéria **(somente para serviços contínuos de mão de obra).**

**6.21.** **No caso de alteração do valor do contrato ou prorrogação de sua vigência**, a garantia deverá ser readequada ou renovada, nas mesmas condições e parâmetros, mantido o percentual de que trata o item 6.1, sobre o valor atualizado do contrato.

**6.22.** **Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação**, a Contratada obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data em que foi notificada, sob pena de rescisão do contrato e aplicação de sanções.

**6.23. O fato de a Contratada não prestar a garantia** no prazo determinado ou prestá-la incorretamente, poderá importar na inexecução total do contrato, nos termos dos incisos I e II do artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, sujeitando-a à aplicação das penalidades previstas neste Edital, facultado ao Tribunal proceder na forma do artigo 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.24**. **A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia** poderáacarretar a aplicação de multa de até 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**6.25. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza o Tribunal a promover a extinção do contrato**, sujeitando a Contratada à aplicação das penalidades previstas na legislação pertinente, facultado ao Tribunal proceder na forma do 90, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.26**. **O garantidor não é parte legítima para figurar em processo administrativo instaurado pelo Tribunal** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à Contratada.

**Nota explicativa: atenção à correta numeração dos itens:**

**7. CLÁUSULA SÉTIMA (DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES) -** Além do que consta no Termo de Referência, as partem se comprometem a cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, observados seus respectivos subitens abaixo:

**7.1.** Cabe à **Contratada:**

**a)** Cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**b)** Corrigir, reparar, remover, reconstruir ou substituir, incluindo seus empregados em serviço, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do contrato em que se verifiquem vícios ou incorreções resultantes da execução ou que a impeçam;

**c)** Observar as orientações contidas na Política de Segurança da Informação, nos termos do Ato Normativo TJ nº 08/2019;

**d)** Arcar com o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste contrato e da execução de seu objeto.

**e)** Responsabilizar-se pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e, ainda, por quaisquer prejuízos que sejam causados ao Tribunal ou a terceiros.

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XVI (cláusula obrigatória)**

**f)** Manter, durante toda a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação que lhe foram exigidas.

**g)** Cumprir os procedimentos de proteção ambiental, responsabilizando-se pelos danos causados ao meio ambiente, nos termos da legislação pertinente, independentemente do detalhamento e/ou especificação do Termo de Referência, respondendo, exclusivamente, pelos crimes ambientais que praticar, nos termos da legislação vigente.

**h)** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

**i)** Efetuar comunicação ao Tribunal, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

**Nota Explicativa: A NLL traz em seu artigo 25, parágrafo quarto, a obrigatoriedade de implantação de programa de integridade pela Contratada. Por determinação da Diretora do DELFA, utilizar a redação abaixo em casos de prestação de serviços e compras cujo prazo seja superior a 180 dias, e cujos valores sejam superiores à R$ 200 milhões.**

Xx. A Contratada deverá manter Programa de Integridade nos termos da Lei Estadual nº 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública, devendo apresentar ao órgão gestor/fiscal, no momento da assinatura do memorando de início, a respectiva declaração informando a sua existência.

Xx.1. Caso ainda não tenha programa de integridade instituído, a Contratada compromete-se a implantálo no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da Lei nº 7.753/2017.

**Nota explicativa: utilizar os itens III, IV e V apenas quando constar expressamente do TR.**

**xxx**. cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas aplicáveis quanto à segurança e medicina do trabalho.

**xxx.** Obedecer às determinações do PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), e de seus desdobramentos, como o PGRSS (Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde), o PGRCC (Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil), entre outros, do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

**xxx.** Obedecer às orientações contidas na Portaria nº 317 do INMETRO, de 19/06/2012, quanto aos requisitos relacionados no subitem \_\_\_\_ do Termo de Referência.

**xxx**. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente - CONAMA, conforme artigo 4°, parágrafos 2° e 3°, da Instrução Normativa SLTI/MP n° 1, de 19/01/2010.

**xxx.** Cumprir a legislação referente à logística reversa durante a vigência do contrato, atualizando-se quando necessário.

**Nota Explicativa: utilizar a redação abaixo caso seja admitida a participação de consorciadas:**

**XXX.** A Contratada, caso seja consorciada, deverá indicar a empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante o Tribunal, conforme previsto no artigo 15, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

**7.2. Cabe ao Tribunal:**

**a)** Exercer ampla fiscalização sobre os serviços executados pela Contratada, garantindo o fiel cumprimento dos prazos contratualmente previstos;

**b)** Efetuar o pagamento devido à Contratada pela execução dos serviços prestados, após terem sido devidamente atestados e visados, de acordo com as normas vigentes.

**c)** ... demais obrigações compreendidas como pertinentes ao termo de contrato.

**8. CLÁUSULA OITAVA** **(DA FISCALIZAÇÃO) -** A fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto do contrato, com fundamento no artigo 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, caberão ao Tribunal, que a seu critério e por meio de servidores designados por ato próprio, anexado aos autos do mencionado processo, para a função de Gestor e Fiscal, ambos da **<FISCAL>**, deverão exercê-los de modo amplo, irrestrito e permanente em todas as fases de execução das obrigações, inclusive quanto ao desempenho da Contratada, sem prejuízo do dever deste de fiscalizar os seus empregados, prepostos ou subordinados.

**8.1** - A Contratada declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo Tribunal.

**8.2** - A existência e a atuação da fiscalização do Tribunal em nada restringem a responsabilidade integral e exclusiva da Contratada quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros.

**Nota explicativa: artigo 92, incisos V e VI (cláusula obrigatória – condições de pagamento)**

**9. CLÁUSULA NONA (DO PAGAMENTO) -** O pagamento da fatura/nota fiscal deverá ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias úteis, contados do 1º dia subsequente à data da autuação do respectivo Processo Administrativo no Tribunal, por meio de crédito em conta corrente no Banco Bradesco S.A., informada pela Contratada, obedecidas as regras estabelecidas no item \_\_\_do Termo de Referência.

**9.1.** O fiscal e o fiscal substituto do contrato conferirão cada fatura/nota fiscal e atestarão a execução em conformidade com o contrato. Após, o gestor a encaminhará ao agente administrativo, que deverá visá-la e encaminha-la à Diretoria Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF) acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal do FGTS, da Certidão Negativa de Débito do INSS, podendo ser apresentada por meio da Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, em conformidade com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2014, e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), devidamente válidas, do termo de contrato assinado e publicado, da documentação relativa à comprovação do adimplemento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias, sob pena de ser recusada a referida nota pela unidade gestora do contrato. O processamento do pagamento observará a legislação pertinente à liquidação da despesa pública.

**9.2.** Se a Contratada estiver estabelecida em localidade que não possua agências do Bradesco, ou no caso de não poder manter conta nesse banco por fato alheio a sua vontade, desde que devidamente comprovado, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira e, na impossibilidade, boleto bancário, DOC - Documento de Crédito, TED–Transmissão Eletrônica Disponível e/ou emissão de cheques, sempre se utilizando da conta corrente do TRIBUNAL no BRADESCO.

**9.3.** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que não decorrente de ato ou fato atribuível à Contratada, o valor devido será corrigido, aplicando-se a variação do IPCA, acrescendo-se, ainda, ao valor original da parcela devida o encargo moratório de 0,5% (meio por cento) por mês, alcançando 6% (seis por cento) ao ano.Entende-se por atraso o prazo que exceder 30 (trinta) dias da apresentação da fatura, suspendendo-se a fluência do prazo se a fatura houver de ser retificada por erro da Contratada.

**Nota Explicativa: A redação abaixo é aplicável, geralmente, em casos de serviço de engenharia. Verificar se o TR demonstra aderência a essa exigência (responsável técnico).**

**XXXXX (DO RESPONSÁVEL TÉCNICO) -** A Contratada comprometese a indicar ao Departamento de Engenharia do Tribunal, em até 05 (cinco) dias após a homologação da Licitação, o responsável pela execução da obra e serviços, com o respectivo registro no CREA e/ ou CAU, o qual deverá responder pelos eventuais problemas relativos aos serviços contratados, na firma do item \_\_\_ do Termo de Referência.

**Nota explicativa: atenção à eventual necessidade renumeração das cláusulas abaixo**

**10. CLÁUSULA DÉCIMA (DAS SANÇÕES)** - As sanções relacionadas à execução deste contrato serão aplicadas, no que couber, sobre as seguintes infrações previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato;

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado;

g) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a contratação (INCLUIR) ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

h) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

i) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação contratação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores;

j) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste contrato;

k) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

10.1. O fornecedor que cometer quaisquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta da alínea "a", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa administrativa não inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) e não superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, por quaisquer das infrações das alíneas "a" a "l";

c) Multa de mora de 1% (um por cento) por cada dia útil de atraso, por culpa da contratada, sobre o valor da prestação em atraso, constituindo-se a mora independentemente de notificação ou interpelação, limitada a 15% (quinze por cento);

d) Impedimento de licitar e contratar com a Administração do Estado do Rio de Janeiro, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos das alíneas "a" a "g", quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos das alíneas "h" a "l", bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

10.4. A aplicação das sanções, não exclui em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a este Tribunal;

10.5. As penalidades de multas podem ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções;

10.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa serão remetidas à Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR;

10.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal neste Tribunal de Justiça;

10.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos ao TJERJ resultantes de ato lesivo cometido pelo fornecedor/adjudicatário, com ou sem a participação de servidor desta Corte;

10.9. A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente nas Leis federal nº 13.105/2015 e estadual nº 5.427/2009.

**Nota Explicativa: Art. 92, incisos V e § 3º (cláusula obrigatória – critérios de reajustamento de preços)**

**Utilizar a cláusula abaixo quando se tratar de serviço sem mão de obra, independentemente do prazo de duração do contrato, observado os índices de reajustamento estabelecidos no TR:**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DO REAJUSTE)** - Passado 01 (um) ano da data do orçamento estimado, os preços iniciais do contrato poderão ser reajustados, aplicando-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a concorrência da anualidade, observados os critérios estabelecidos no item \_\_\_\_\_\_ do Termo de Referência.

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XI (cláusula obrigatória - prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso)**

**Prazo previsto no §6º do artigo 92 c/c o § único do artigo 123 da NLL:**

**11.1.** O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada será preferencialmente de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Utilizar a cláusula abaixo quando se tratar de CONTRATOS COM PRAZO INFERIOR A 12 MESES, de serviço sem mão de obra, observados os índices de reajustamento estabelecidos no TR:**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DO REAJUSTE)** - Fica estabelecido o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, em caso de eventuais reajustamentos de preços iniciais do contrato, com data base vinculada à data do orçamento estimado.

**11.1**. O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada será preferencialmente de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Utilizar a cláusula abaixo quando se tratar de serviço com mão de obra, independentemente do prazo de duração do contrato, observado os índices de reajustamento estabelecidos no TR:**

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA (DA REPACTUAÇÃO E DO REAJUSTE)** - Passado 01 (um) ano, contado da data da apresentação da proposta ou da data da última repactuação, os preços contratados serão repactuados/reajustados, obedecidos os critérios estabelecidos no item \_\_\_ do Termo de Referência.

**11.1.** Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, esta será precedida de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da variação dos custos, por meio de planilha de custos e formação de preços, juntamente com o novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

**11.2.** Quando o reajuste se referir aos custos decorrentes do mercado para os insumos relacionados à execução dos serviços, o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do índice Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XI (cláusula obrigatória - prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso) Prazo previsto no §6º do artigo 92 c/c o § único do artigo 123 da NLL:**

**x.x.** O prazo para resposta ao pedido de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada será preferencialmente de 1 (um) mês, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

**Nota explicativa: verificar no TR eventual vedação a cláusula abaixo:**

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** **(DA FUSÃO, CISÃO OU INCORPORAÇÃO)** - É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; reste documental e exaustivamente comprovado que as operações travadas entre as pessoas jurídicas resultaram, de fato, na transferência da estrutura referente às atividades envolvidas no contrato celebrado com o Tribunal; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado causado pela modificação da estrutura da empresa; e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

**Nota Explicativa: verificar vedação ou condições de subcontratação estabelecidos no TR:**

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA (DA CESSÃO OU DA TRANSFERÊNCIA)** - O presente contrato não poderá ser objeto de cessão, subcontratação ou transferência, no todo ou em parte. **(Caso seja admitida a subcontratação, utilizar a seguinte redação:**O presente contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte).

**13.1** - A Contratada, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, em conformidade com o artigo 122, da Lei Federal nº 14.133/2021, e sempre com a concordância da fiscalização do contrato, poderá subcontratar ... **(especificar).**

**13.2** - A Contratada exigirá que os subcontratados preencham os mesmos requisitos de habilitação que lhe são exigidos, inclusive aqueles relativos à LGPD, conforme o caso, o que deverá ser comprovado mediante apresentação da documentação correspondente ao órgão fiscal, quando exigida.

**13.3** - É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**Nota explicativa: Art. 92, inciso XIX (cláusula obrigatória – casos de extinção)**

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA (DA EXTINÇÃO DO CONTRATO) -** O presente contrato poderá ser extinto nas hipóteses previstas no artigo 137 da Lei Federal nº 14.133/2021, com as consequências indicadas em seu artigo 139, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato.

**14.1**. A extinção contratual poderá ser determinada por ato unilateral e escrito da Administração; por decisão arbitral ou judicial; ou poderá se dar de forma consensual, por acordo entre as partes, desde que haja interesse por parte do Tribunal, observadas as regras estabelecidas nos artigos 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**14.2.** O descumprimento reiterado das normas contratuais e a manutenção da Contratada em situação irregular perante as obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias implicarão extinção contratual, observado o contraditório e a ampla defesa, e sem prejuízo da aplicação das penalidades e demais cominações legais.

**14.3**. No caso de extinção provocada por inadimplemento da Contratada, o Tribunal poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados, nos autos do procedimento apuratório de falta contratual.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA (DA PROTEÇÃO DE DADOS)** - A **CONTRATADA**, por si e por seus colaboradores, obriga-se a atuar no presente ajuste em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), além das demais normas e políticas de proteção de dados.

**15.1**. Consideram-se Dados Pessoais aqueles previstos no artigo 5º da Lei 13.709/2018.

**15.2**. No manuseio dos dados as partes concordam:

a) tratar os dados pessoais a que tiverem acesso em conformidade com estas cláusulas, e, na eventualidade de não mais poderem cumprir estas obrigações, por qualquer razão, informar, de modo formal, este fato imediatamente ao Tribunal, que terá o direito de rescindir o ajuste sem qualquer ônus, multa ou encargo;

b) manter e utilizar medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida;

c) acessar os dados dentro de seu escopo e na medida abrangida por sua permissão de acesso (autorização), sendo certo que os dados pessoais não podem ser lidos, copiados, modificados ou removidos sem a devida autorização expressa e por escrito das partes envolvidas;

d) garantir, por si ou quaisquer de seus empregados, prepostos, sócios, diretores, representantes ou terceiros contratados, a confidencialidade dos dados processados, assegurando que todos que lidem com os dados pessoais os mantenham estritamente confidenciais, não utilizando-os para outros fins, com exceção do objeto do presente ajuste;

e) treinar e orientar a sua equipe sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados;

f) os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito das partes envolvidas, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas Informações;

g) em caso de determinação legal para fornecimento de dados pessoais a uma autoridade pública, as partes deverão se comunicar previamente, para que sejam tomadas as medidas cabíveis;

**15.3.** A Contratada se compromete a não fazer enriquecimento com base de dados trocados nesta relação.

**15.4.** A Contratada deverá adotar planos de resposta a incidentes de segurança eventualmente ocorridos durante o tratamento dos dados coletados para a execução das finalidades deste contrato, bem como dispor de mecanismos que possibilitem a sua remediação, de modo a evitar ou minimizar eventuais danos aos titulares dos dados.

**15.5.** A Contratada deverá notificar o Tribunal, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, a respeito de qualquer não cumprimento das disposições legais relativas à proteção de dados pessoais, bem como qualquer outra violação de segurança no âmbito das atividades inerentes ao presente ajuste;

**15.6**. A Contratada deverá comunicar formalmente e de imediato ao Tribunal a ocorrência de qualquer risco, ameaça ou incidente de segurança que possa acarretar comprometimento ou dano potencial ou efetivo a Titular de dados pessoais, evitando atrasos por conta de verificações ou inspeções.

**15.7.** A Contratada se compromete a informar previamente ao Tribunal sobre qualquer intenção de transferência internacional de dados pessoais. Tal transferência somente será realizada após obtenção da autorização expressa do Tribunal, em conformidade com as disposições da LGPD e mediante a implementação das salvaguardas adequadas.

**15.8.** Na hipótese de a contratação permitir a subcontratação, a Contratada será responsável por assegurar que os subcontratados estejam vinculados por obrigações de confidencialidade, segurança e privacidade de dados, conforme estabelecido neste contrato.

**15.9**. A Contratada, na medida de sua culpabilidade, será responsável pelo pagamento de perdas e danos de ordem moral e material, bem como pelo ressarcimento do pagamento de qualquer multa ou penalidade imposta ao Tribunal e/ou a terceiros diretamente resultantes do descumprimento, pela Contratada, de qualquer das disposições previstas nesta cláusula, e das previstas na Lei, quanto a proteção e uso dos dados pessoais.

**15.10**. A Contratada se compromete a reter os dados pessoais tratados apenas pelo tempo necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados, devendo obedecer ao tempo determinado pelo Tribunal, sob pena de multa e desfazimento do contrato.

**15.11**. Eventuais dados coletados pela Contratada serão arquivados por esta somente pelo tempo para a execução dos serviços contratados. Ao seu fim, os dados coletados serão permanentemente eliminados de forma segura, devendo a Contratada apresentar ao fiscal do contrato a confirmação do descarte em até 5 (cinco) dias, a contar do término da execução do serviço.

**15.12.** Após o término do contrato, após a satisfação da finalidade pretendida ou, ainda, quando solicitado, a Contratada interromperá o tratamento dos dados pessoais disponibilizados pelo Tribunal, comprometendo-se a transferir de volta a este todos os dados pessoais em sua posse e a garantir a completa eliminação desses dados e todas as cópias porventura existentes, assegurando que nenhuma cópia permaneça em seus sistemas ou registros (seja em formato físico ou digital), salvo quando a Contratada tenha que manter os dados para cumprimento de obrigação legal.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA (ÉTICA E COMPLIANCE) -** As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e se comprometem a cumpri-las fielmente, por si e por seus sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

16.1. As partes declaram que manterão até o final da vigência deste contrato conduta ética e máximo profissionalismo na execução do objeto do presente instrumento;

16.2. As partes se comprometem a abster-se de praticar ato(s) que possa(m) constituir violação à legislação aplicável ao presente instrumento pactual, incluindo aqueles descritos na Lei nº 12.846/2013, em especial no seu artigo 5º;

16.3. As partes de comprometem a adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude e práticas ilícitas por seus integrantes;

16.4. As partes se comprometem a obedecer e garantir que a prestação de serviços ora contratada se dará de acordo com todas as normas internas do Tribunal;

16.5. A Contratada se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato:

a) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente;

b) não empregar, direta ou mediante contrato de serviços ou qualquer outro instrumento, trabalho escravo ou infantil;

c) abster-se ou omitir-se da prática de atos que possam prejudicar a reputação do Tribunal. Em caso de uso indevido do nome do Tribunal, ou de qualquer marca, termo ou expressão vinculados a esse, direta ou indiretamente, a Contratada responderá pelas perdas e danos daí decorrentes;

d) participar de todos e quaisquer treinamentos eventualmente oferecidos pelo Tribunal, que sejam relativos a qualquer aspecto que consta da lei anticorrupção ou de suas políticas internas, bem como aqueles relativos ao Código de Ética e Conduta deste;

e) conduzir os seus negócios e práticas comerciais de forma ética e íntegra em conformidade com os preceitos legais vigentes, praticando a governança corporativa de modo a dar efetividade ao cumprimento das obrigações contratuais, em observância à legislação aplicável.

16.6. A Contratada declara que não esteve envolvida com qualquer alegação de crime de lavagem de dinheiro, delito financeiro, financiamento de atividades ilícitas ou atos contra a Administração Pública, corrupção, fraude em licitações ou suborno;

16.7. A Contratada concorda em notificar prontamente o Tribunal, caso tome conhecimento de que algum ato impróprio tenha sido realizado, direta ou indiretamente, por um de seus colaboradores ou terceiros por estes contratados.

16.8. A comprovada violação de qualquer das obrigações previstas nesta cláusula é causa para a rescisão unilateral motivada deste contrato, independentemente de qualquer notificação, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos causados à parte inocente e das demais penalidades previstas no presente instrumento.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA (DOS CASOS OMISSOS)** - Os casos omissos serão decididos pelo Tribunal, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) – e normas e princípios gerais dos contratos.

**18.** **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA (DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS E DO RECEBIMENTO, DO ENVIO E DA ASSINATURA DE DOCUMENTOS)** - A comunicação de todos os atos efetivados entre as partes, bem como a assinatura, o envio e o recebimento de documentos, inclusive toda a documentação relativa a eventuais procedimentos apuratórios instaurados em decorrência deste contrato, serão em meio digital, utilizando-se, obrigatoriamente, do Processo Administrativo Eletrônico do TJRJ - SEI, mediante credenciamento de acesso como usuário externo, providência a qual se obriga a Contratada, quando demandada pelo Tribunal, nos termos do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

**19.** **CLÁUSULA DÉCIMA NONA (DA FORMALIZAÇÃO)** - O presente instrumento será firmado através de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do TJRJ - SEI, garantida a eficácia das cláusulas cujo compromisso é assumido, sendo considerado celebrado na data da última assinatura.

**20. CLÁUSULA VIGÉSIMA (DO FORO) -** Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

**21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA (DA PUBLICIDADE) -** Em 20 (vinte) dias, contados da data da última assinatura eletrônica deste instrumento, o Tribunal providenciará a publicação no Diário da Justiça Eletrônico, em resumo, do presente termo de contrato.

**21.1.** A divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)** ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias, contados da data da última assinatura deste termo, como condição indispensável para eficácia do contrato, bem como de seus aditamentos, na forma do artigo 94, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na forma eletrônica, nos termos da Lei nº 11.419/2006 e do Ato Normativo TJ nº 19/2020.

**Rio de Janeiro, data da última assinatura eletrônica.**

**Desembargador \_\_\_\_\_\_**

**Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**Representante Legal**

Processo Administrativo SEI nº \_\_\_\_\_\_\_\_

Cópia do termo disponibilizada, após sua publicação, no site do Tribunal:

www.tjrj.jus.br - transparência - licitações - termos contratuais, convênios e demais ajustes.